



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa Eptácio Pessoa

REQUERIMENTO Nº 13.771 / 2021.

Senhor Presidente,

REQUEIRO a Vossa Excelência, na forma do art. 117, inciso XVIII do Regimento Interno da Casa (Resolução nº 1.578/2012 e suas alterações), após ouvido o Plenário, que seja registrado nos anais desta Casa Legislativa, **“MOÇÃO DE PROTESTO”**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba, João Azevêdo Lins, e ao Comandante Geral da Polícia Militar, o Senhor Euller de Assis Chaves, **em razão de estarem submetendo os alunos em formação da Polícia Militar à escalas de serviços para exercerem função como se policiais formados fossem.**

REQUEIRO, AINDA, que desta manifestação dê-se ciência aos Senhores João Azevêdo Lins Filho, Governador do Estado da Paraíba, no endereço funcional: Palácio da Redenção, Praça João Pessoa, S/N – Centro – CEP: 58013-140 e ao Senhor, Euller de Assis Chaves, Comandante Geral da Polícia Militar, no endereço funcional: Praça Pedro Américo - Centro, João Pessoa - PB, CEP: 58010-340.

“Plenário José Mariz”, 23 de março de 2021.


CABO GILBERTO SILVA
Deputado Estadual



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa Eptácio Pessoa

JUSTIFICATIVA

É meu dever como parlamentar do Estado da Paraíba revelar as verdades não ditas pelo governo ao povo paraibano. O Governo do Estado, com a anuência do Comandante Geral da Polícia Militar, vem submetendo os alunos em formação da Polícia Militar da Paraíba a trabalharem em condições indignas.

Os policiais estão trabalhando sem terem as qualificações necessárias para exercerem suas atividades de rua e prestarem um bom serviço à sociedade paraibana. Estão concorrendo a escalas externas da unidade de ensino, e acumulando serviços como se já estivessem formados.

Ocorre que, o risco que a sociedade passa com isso é enorme, além da exploração destes servidores por parte do Governo do Estado que os submetem a esses serviços pagando apenas a bolsa de estudo que deveria ser usada para sua formação.

Colocar um militar em atividades de rua sem supervisão é assumir a responsabilidade desse erro e arcar com eventuais indenizações por erros cometidos pelos alunos ainda em formação, pois o fato deste ainda não está pronto para desempenhar suas funções, pode fazer com que se aumente a probabilidade de cometer equívocos em situações de estresse.

O Governo tem total culpa neste aspecto, uma vez que procrastina a formação destes militares, com o intuito de se locupletar da mão de obra barata, pois estes recebem menos que um soldado formado, mas exercem funções como se o fosse. Desta feita, repudiamos veementemente tal atitude do Governo e Comando desta corporação.

Diante do exposto, solicito a aprovação desta moção de protesto, pelos meus honrados pares, na forma estatuída no Regimento Interno desta Casa Legislativa.

“Plenário José Mariz”, 23 de março de 2021.


CABO GILBERTO SILVA
Deputado Estadual